



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1133/09	DATA: 11/08/2009
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 16h56min	DURAÇÃO: 2h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h01min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 25

CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RONALDO DA SILVA DE ABREU - Autor do artigo <i>Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o setor elétrico brasileiro</i> , publicado na <i>Revista do BNDES</i> . GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Autor do artigo <i>Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o setor elétrico brasileiro</i> , publicado na <i>Revista do BNDES</i> .

SUMÁRIO: Exposição sobre trabalho acadêmico publicado na <i>Revista do BNDES</i> , intitulado <i>Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o setor elétrico brasileiro</i> .
--

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 3ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Ciro Nogueira.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais se encontram à disposição, para consulta, na Secretaria da Comissão.

Passamos à Ordem do Dia.

Audiência pública com os Srs. Ronaldo da Silva de Abreu e Gustavo Antônio Galvão dos Santos, que são coautores de artigo publicado na *Revista do BNDES*, sobre o setor elétrico brasileiro, intitulado *Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o setor elétrico brasileiro*. Convido os participantes para tomarem assento à mesa.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 4, de 2009, de autoria do Deputado Ciro Nogueira, aprovado no último dia 5 de agosto.

Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem inscrever-se na Secretaria da Comissão.

Vou passar a palavra primeiramente aos convidados, em seguida ao Relator e então concederei a palavra ao autor do requerimento e aos Deputados inscritos, para formularem perguntas.

Tem a palavra o Sr. Ronaldo da Silva de Abreu.

O SR. RONALDO DA SILVA DE ABREU - Boa tarde a todos os Srs. Parlamentares, aos Srs. Presidente e Relator da Comissão. É um prazer ter oportunidade de vir aqui hoje expor o trabalho acadêmico que fizemos 4 técnicos do BNDES, sobre o modelo do sistema elétrico, focado nas tarifas aplicadas nos



últimos 10 anos. E esperamos aqui contribuir com esse resumo que fizemos e estamos abertos a dúvidas e contribuições dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Sr. Gustavo Galvão dos Santos.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Boa tarde. A gente agradece o convite da CPI das Tarifas Elétricas, em especial ao Presidente Eduardo da Fonte e ao Relator Alexandre Santos.

Primeiramente, a gente tem que falar que esse é um trabalho de nível pessoal, um trabalho de nível acadêmico, intelectual e não corresponde às opiniões do BNDES. As opiniões são estritamente dos autores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, aqui no *slide* é um índice da apresentação. Vamos falar primeiramente da análise das tarifas energéticas, do crescimento do custo da energia após a privatização, fazer uma comparação internacional e vamos ver o real impacto dos impostos e dos encargos nas tarifas. Depois, vamos falar da história do setor elétrico brasileiro antes da estatização, volta à privatização, o apagão e o novo modelo. Por último, vamos colocar uma proposta, que está no artigo, de mudança do modelo atual.

Esse gráfico mostra a evolução das tarifas de energia desde janeiro de 1995. Com a Base 100, você vê como a tarifa, esse nível mais alto aqui, chegou ao aumento de quase 400% até o final de 2007, onde vai nosso trabalho. Tenho que lembrar que esse trabalho foi publicado em junho de 2008 e foi escrito em janeiro de 2008, com dados de 2008 e 2007.

Como vocês veem, a tarifa de energia aumentou 400% desde 1995. O IGP-M, que é um índice que reajusta as tarifas, aumentou 236%; o IPCA, que é o cálculo de inflação mais usado no Brasil, aumentou 164%; e o rendimento nominal do trabalho aumentou 72% até 2006. São os dados que temos.

Aqui é uma comparação internacional. Tenho que frisar que esses dados são de 2007, para o nível internacional; de janeiro de 2008 para o nível Brasil, mas o dólar é de maio de 2008, que é 1,75 — é até próximo do dólar atual, que, na semana



passada, chegou a 1,80. Então, esse está um pouco desatualizado. Como vocês podem ver... Está um pouco embaçado. A primeira...

Antes vou falar o seguinte: como são calculadas essas tarifas aqui? Tem 3 tarifas: uma tarifa média, uma tarifa industrial e uma tarifa em residência, em vários países. A tarifa média é um cálculo feito da seguinte maneira: a gente supôs que a tarifa industrial, em média dos países, o consumo industrial seria aproximadamente 60% do consumo residencial, 40%. Com esses 2 valores, a gente calculou a tarifa média. A tarifa média, no ano passado, com o dólar de maio de 2008, o Brasil teria as maiores tarifas médias do mundo. O segundo seria a Itália, o terceiro seria o Brasil, desconsiderando impostos e encargos; o quarto seria Dinamarca; o quinto seria Reino Unido, Portugal etc. — comparação internacional.

Agora, vamos à comparação internacional da variação das tarifas. Aqui em azul, seria a variação da tarifa no Brasil desde 1995, em dólar, que seria quase 180%. Essa variação média é de 1998 a 2007. O Brasil, de 1998 a 2007, essa amarela aqui, que é mais de 80% de variação. Uma coisa que é interessante notar é que o Brasil tem uma matriz hidroelétrica. E, de 1998 a 2007, o petróleo aumentou 550%. Portanto, não podemos explicar. Os outros países tiveram aumento, em grande parte, aumento do petróleo, mas não é o caso do Brasil, porque nosso sistema é hidroelétrico.

Aqui temos a produtividade dos sistemas hidroelétricos no mundo. Vê-se que o Brasil tem a segunda melhor produtividade, logo abaixo do Canadá. O Canadá é 58%, e o Brasil 57%. Ou seja, nosso sistema hidroelétrico é muito eficiente. Agora, comparando apenas países de bases de hidroelétrica, o Brasil, Noruega e Canadá. Para o dólar de maio de 2008, com a tarifa que é medida... Nós medimos as tarifas... Foi a média entre Light, no Rio de Janeiro, CEMIG, em Belo Horizonte, e ELETROPAULO, em São Paulo, que a gente supôs como sendo uma média razoável das tarifas no Brasil. A tarifa é extremamente superior às tarifas de outros países com o mesmo sistema de geração de energia, hidráulica.

Vários autores sugerem que a tarifa no Brasil é alta em decorrência dos impostos e dos encargos setoriais. Como a gente vê, apesar de a tarifa ter aumentado 400% desde 1995, no caso do ICMS, no Rio de Janeiro, que a gente pegou como exemplo, de 1996 a 1997, o ICMS até 300 quilowatts por residência,



quilowatts/hora, o semestre não aumentou. O semestre aumentou apenas para 25%, quando a residência é acima de 300 quilowatts/hora, sendo que o consumo médio nacional por residência, calculado pelo Ministério de Minas e Energia, é apenas de 145 quilowatts/hora em 2005. Portanto, o impacto do ICMS na tarifa foi muito pequeno.

Aqui, estamos vendo qual foi o impacto do PIS e da COFINS. A alíquota até 2002, alíquota efetiva do PIS era 0,65% e da COFINS era 3%. Após 2002, a tarifa passou para 5,55%, ou seja, não foi um aumento muito significativo.

Aqui tem os encargos setoriais. Os encargos setoriais são muitos. Eles de fato aumentaram entre 1998 e 2004. Estes são alguns encargos setoriais: conta de consumo de combustível, encargo de capacidade emergencial, conta de desenvolvimento energético, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, custeio do ONS, taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica e cota da reserva global de reversão. A maioria desses encargos foram criados ou aumentados a partir da privatização do setor. Em 1998, havia 6 encargos setoriais, cujas alíquotas eram de 3,60%. Em 2004, foram criados mais 2 novos encargos, outros foram aumentados. O total dos encargos setoriais chegou a 10,83%. É importante frisar que a maioria dos encargos setoriais foram criados e aumentados exatamente para custear o sistema privatizado, porque eles não eram necessários no modelo anterior.

Aqui, a gente faz uma comparação para ver o impacto dos encargos na tarifa, desde 1995. Você vê, na primeira curva acima, o aumento efetivo das tarifas. Na segunda curva, é o aumento das tarifas, sem os cargos. Ou seja, é uma diferença pequena, de quase 400% para 350%. Continuam sendo aumentos muito grandes.

Aqui, vemos um pouco o aumento do histórico do setor. Vamos falar um pouco do modelo antigo do sistema elétrico, que eu chamo de “pré-ELETROBRÁS”, sistema onde a Light, que era uma grande empresa de origem canadense, que controlava a maior parte do setor elétrico brasileiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Inclusive no Ceará... Sim. Elas, no sistema anterior... Estou dividindo aqui o sistema, para simplificar, em operação, regulação e resultados. A operação, na época, até os anos 30, 40 e 50, o



atendimento era apenas em enclaves urbanos de alta renda. A produção era desintegrada, próxima ao consumo. Não tinha um sistema nacional de distribuição de energia. Eram apenas algumas usinas, que eram perto das grandes cidades e eram usinas pequenas.

A regulação era baseada no princípio da cláusula ouro. A cláusula ouro determinava que as tarifas deveriam ser reajustadas de acordo com o preço do ouro. Isso significa que havia um reajuste cambial às tarifas. Se o dólar subisse, o dólar, o ouro ou a libra, as tarifas tinham de subir, para remunerar o investidor estrangeiro, no caso. O capital era externo. A produção e a distribuição eram completamente verticalizadas. Era um monopólio. Os resultados eram tarifas muito altas; população pobre e pequenas cidades completamente no escuro; apagões constantes; incapacidade de atender ao crescimento da demanda; e dependência do balanço de pagamentos.

Esse modelo gerou muitos problemas nos anos 50, a partir do processo de desenvolvimento e de industrialização brasileira. Vários políticos na época e intelectuais consideraram que o modelo não era favorável ao desenvolvimento. Em contraposição à cláusula ouro, foi adotado o princípio do custo histórico, que já estava sendo usado em países desenvolvidos, desde os anos 30. Partiu-se para o enfrentamento dos racionamentos, que eram prejudiciais à evolução industrial e à qualidade de vida nas grandes cidades. O Plano de Metas foi uma referência. A energia foi prioridade para o desenvolvimento.

Nos anos 50, foi criada a Represa de Paulo Afonso pela CHESF e a represa de Furnas em Minas. A adoção foi um modelo estatal. Foi criada a ELETROBRÁS. Foi adotada a interligação dos sistemas. O sistema começou a ser integrado a nível nacional. O planejamento de longo prazo. E, a partir daquele momento, o Brasil passou a contar com energia limpa, barata e segura.

Algumas características interessantes do sistema brasileiro — é única no mundo até — é a diferença de bacias hidrográficas, o sistema integrado, a nível de país continental, com bacias hidrográficas diferentes. Isso significa que o sistema é otimizado de ponta, para aproveitamento do regime de chuvas de diferentes regiões. Por exemplo, no Sul do Brasil, o regime de chuvas é mais equilibrado, chove no inverno, enquanto no Sudeste e Centro-Oeste e Nordeste chove muito pouco no



inverno. Então, o sistema transporta energia de uma região para outra, de acordo com o regime de chuvas. É um sistema muito eficiente.

Esse gráfico mostra, desde o ano de 1932, uma estimativa de afluência das bacias hidrográficas do Sudeste, Sul, Nordeste e Norte. E pode ver que há uma grande diversidade de afluência, ou seja, essa diversidade é aproveitada pelo sistema interligado nacional para reduzir os custos e aumentar a segurança do sistema. O sistema é gerido como se fosse uma única e grande reserva hídrica compartilhada: 70% da reserva de água está no Sudeste e Centro-Oeste, 20% está no Nordeste, 5% no Norte, e 6% no Sul. Se, em algum Estado, chover muito pouco numa região, você fecha as turbinas, para guardar água, e a energia é transportada das regiões onde tem sobra de água para as regiões que têm pouca água, de forma que o sistema mantenha-se equilibrado e não falte energia em nenhuma região. Nenhum país do mundo faz dessa maneira. Todos os países, geralmente, fazem a produção de energia próxima ao consumo.

Aqui, é um o resumo do sistema de modelo público e planejamento pela ELETROBRÁS: aproveitamento da geografia brasileira; grandes reservatórios para regular o fluxo do rio; reserva hídrica com gestão compartilhada a nível nacional; monopólio natural na geração. Isso é uma especificidade também.

As usinas não podem ser operadas a nível individual. Elas são planejadas a nível nacional, com planejamento de longo prazo, porque se numa usina for liberada mais água do que o necessário, pode faltar água em outras regiões, e tem que ser aproveitado o regime de chuvas em geral. Então, o sistema funciona como se todas as usinas fizessem parte do mesmo sistema. Não podem ser operadas individualmente.

O sistema era baseado em regulação pelo custo, o que significa que era calculado o custo de maneira transparente, e, a partir desse custo, era acrescida uma pequena margem de lucro. As empresas eram públicas. As tarifas eram baratas. O processo de universalização do atendimento foi veloz. Alto volume de investimento — o Brasil chegou em momentos em que a demanda por energia crescia 20% ao ano. Esse sistema conseguiu suprir esse grande aumento da demanda por energia. Havia um baixo risco de desabastecimento. Desde os anos 50, não houve grandes apagões. Só foi haver novamente em 2001.



Crescimento da produção antes do crescimento da demanda. Esta era outra questão necessária para se ter segurança de que não faltaria energia.

Modelo adotado nos anos 90. A operação se manteve igual ao sistema anterior, porque a operação do sistema não poderia mudar à custa de um apagão. A ONS manteve o mesmo estilo de operação que era adotado anteriormente. Mudou apenas a regulação. Passou-se a adotar o IGP-M como indexador. O IGP-M é um índice que tem um peso de 30% do IPA — Índice de Preços por Atacado, que é muito sensível ao câmbio, ou seja, quando o dólar aumenta, o IGP-M aumenta significativamente. Portanto, as tarifas de energia aumentam, apesar de o custo de energia não ser dolarizado.

Quase 90% da produção é hidrelétrica. Portanto, o custo não é dolarizado, mas as tarifas são. Houve uma tentativa de imitação do modelo mercantil inglês “desverticalizado”, ou seja, separando a distribuição da produção de energia, mas é uma falsa concorrência, porque as usinas não podem ser operadas de maneira individual. O dono de uma usina não pode escolher quando vai produzir, porque ele pode levar o sistema ao colapso. O sistema tem de ser gerido de maneira integrada pela ONS. Então, o dono da usina não decide quando será produzido. Não há uma efetiva concorrência na operação.

Separação entre operação e comercialização. Esta também é uma questão que a operação é pela ONS, e a comercialização, pela Câmara de Comercialização de Energia.

Fraca responsabilidade de abastecimento. No modelo Fernando Henrique é o que, provavelmente, tenha causado o apagão de 2001.

O que acontece? Uma geração de energia é um investimento de longo prazo de maturação. Portanto, o investidor precisa ter a garantia de que vai poder vender energia daqui a 20, 30 anos, senão ele não faz o investimento. Como o modelo tinha grande peso da demanda para a energia das distribuidoras e dos grandes consumidores, era contratado no mercado *spot* de energia de curto prazo. Não havia demanda suficiente de contratos de longo prazo para incentivar os investidores a investirem em energia. Isso, provavelmente, foi a causa do baixo nível de investimento no final dos anos 90 e que, provavelmente, causou o apagão.



Os resultados do modelo são: tarifas muito altas, colapso do investimento muito baixo, alto risco e um efetivo apagão. É importante também notar que o apagão... Há autores que consideram que o apagão brasileiro de 2001 foi o maior racionamento de energia em épocas de paz. Chegou a quase 25% do consumo. Não houve racionamento equivalente em nenhum lugar do mundo.

Modelo atual. Em vários pontos, ele tem semelhança com os modelos anteriores. A operação é semelhante ao planejamento antigo da ELETROBRÁS.

Regulação. Algumas partes são semelhantes, como a dependência do câmbio, devido à indexação pelo IGP-M; grande presença de capital externo; modelo mercantil inglês “desverticalizado”. Esses são os pontos em comum com o modelo anterior.

Alguns pontos de avanço. A responsabilidade de abastecimento do consumo cativo passou a ser 100% a longo prazo, ou seja, o consumo cativo, que são das distribuidoras, e que, antes, uma parte era permitida comprar no mercado *spot*, passa a ser, obrigatoriamente, todo comprado a longo prazo. Isso cria demanda para contratos de longo prazo que irão viabilizar os investimentos.

Entretanto, uma parte dos grandes consumidores, que era o consumidor livre, pode comprar no mercado *spot*. Comprando no mercado de curto prazo, ele não incentiva o investidor de longo prazo a investir em geração de energia. Portanto, esse é um problema que gera risco no setor. Não sei exatamente, hoje, quanto está, porque a gente fez um estudo há quase 2 anos, mas, na época, o consumo no mercado *spot* chegava a quase 30% da demanda, o que era bastante temeroso.

Os resultados do modelo são: tarifas ainda caras para o consumidor cativo; tarifas bastante baratas para o consumidor livre. No início de 2003, 2004, houve momentos em que a ELETROBRÁS chegou a vender, a CHESF — não sei se exatamente em 2003 —, chegou a vender até a 4 dólares o quilowatt/hora. Agora, o preço está um pouco maior, depois o preço subiu, mas ainda é muito abaixo do preço no mercado cativo.

Falta de investimento. Provavelmente, há uma falta de investimento para abastecer os consumidores livres. Essa estimativa não é precisa, mas acredita-se que possa ocorrer esse risco de falta de investimento. De fato, no final de 2007, a chuva atrasou; em 2008, quase que a gente teve falta de energia; as térmicas



tiveram que ficar ligadas boa parte do ano. Por causa disso, este ano, a gente está pagando um preço de aumento de tarifas, recente. É decorrente, na minha opinião, de falta de investimento.

Lucros muito elevados para os agentes privados. Nesse caso, várias empresas do setor têm lucros muito elevados, tanto as distribuidoras quanto as geradoras, quanto as transmissoras privadas e também os grandes consumidores que pagam tarifas baixas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Privatização e elevada rentabilidade. Aqui é a evolução do lucro de apenas algumas empresas. Em 95, observamos que o lucro não chega nem a 500 milhões; em 2006, o lucro ultrapassa 5 bilhões. Houve um prejuízo, em 2002, decorrente, acho, em boa parte, da desvalorização do câmbio, porque, na época, as empresas tinham bastante dívida em dólar, e, a partir de 2003, elas foram reduzindo a sua dívida em dólar.

Aqui é a rentabilidade das empresas de geração e distribuição e transmissão de energia a partir dos 12 meses anteriores a julho de 2007. Observem que a média das 17 maiores, das 17 mais lucrativas, tem uma média de rentabilidade de 32%. Eu acho que ela é superior à taxa de rentabilidade dos bancos. É uma taxa de lucro realmente muito grande. Nos países desenvolvidos, eu acho que está entre 5% a 10%, no máximo. Eu não tenho dado mais recente, dei uma olhada rápida, mas parece que a rentabilidade não caiu. Eu acho até que aumentou.

Por que a energia é tão cara no Brasil? A gente tentou elencar alguns pontos aqui. Por que subiu tanto? Acredito que há incentivo implícito às usinas térmicas, especialmente a óleo combustível, que é uma produção de energia mais cara. Esse incentivo implícito decorre porque elas são muito mais simples de serem construídas, mais rápidas de serem construídas, com menos problemas técnicos e dificuldades ambientais, e acabam ganhando espaço nos leilões.

Apropriação privada de benefícios hidrológicos em afluentes acima do planejado pelos consumidores livres e pelas geradoras privadas. Esses benefícios hidrológicos são chuvas acima da média, por exemplo. Eles geram maior produção de energia, o que beneficia o gerador, e também beneficia os consumidores



privados, porque faz o preço do mercado *spot* cair significativamente. Esse benefício não é repassado para os consumidores.

É importante lembrar que a água é um bem da União. Então, excesso de produção de água, os lucros deveriam ser revertidos para a União. A margem de lucro é extremamente alta na distribuição, decorrente, em parte, do IGP-M, e, em parte, de uma possível subestimação prévia de ganhos de produtividade.

O custos de oportunidade dos projetos são extremamente altos na geração e na transmissão. Há possível superestimação de custos para reduzir o risco. Isso é comum. Qualquer investidor faz uma previsão pessimista para não incorrer em surpresas desagradáveis. Mas isso pode aumentar os custos. Risco alto, como o prazo de maturação é muito grande e o capital é muito grande; o risco na geração é muito alto, e o investidor, obviamente, precisa de um custo de oportunidade alto; volume grande de capital, e prazo de maturação alto.

Os riscos previsíveis são pagos quase que exclusivamente pelos consumidores cativos. Qual é o custo desse risco? O que é esse risco previsível? É comprar no mercado a longo prazo.

Os consumidores cativos. A distribuidora, que vai oferecer energia para o consumidor cativo, tem que ter a garantia da energia a longo prazo. Essa energia é mais cara do que a energia no mercado *spot*. Então, esse custo é pago pelo consumidor cativo.

Riscos imprevisíveis também são pagos normalmente pelos consumidores cativos. Por exemplo, o apagão de 2001, o consumidor pagou 2 vezes. Ele pagou antes pela tarifa, porque o custo de segurança do sistema já está embutido na tarifa, ele pagou antes; depois ele se esforçou para reduzir o consumo, para o País poder fazer o racionamento, tão necessário, e depois foi cobrada novamente na conta de luz a redução de receita das distribuidoras, ou seja, ele pagou 2 vezes pelo risco. Em 2008, novamente, tem-se as térmicas ligadas em boa parte do ano, e boa parte do custo foi pago pelo consumidor cativo, que, supostamente, já estava pagando o custo de segurança do sistema.

Mais alguns itens. O preço no mercado livre é normalmente baixo. Isso é, de alguma maneira, um subsídio não planejado a grandes consumidores.



Excesso de custos para controle de risco e disputas judiciais. Há muitas disputas judiciais. Os contratos são de longo prazo, há grandes imprevisibilidades que geram riscos e geram disputas, conflitos. Esses são pesados: são grandes equipes de advogados, grandes equipes de engenheiros para calcular, prever a evolução dos preços. Isso é muito caro. Todas as empresas são obrigadas a ter departamentos grandes, jurídicos e de engenharia só para questões de contratos e custos das tarifas.

Autoabastecimento com empresas térmicas do mesmo grupo com custos muito altos. Isso aconteceu até 2003, mas gerou impacto, uma tarifa, que vem até hoje. O que aconteceu? Algumas empresas — até a CELPE, em Pernambuco, é um exemplo — deixaram, em 2003, de contratar energia da CHESF a preços baixos para contratar energia de térmicas do próprio grupo a custos, às vezes, 2 vezes mais altos do que eles contratavam da CHESF. Quem pagou foi o consumidor.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Só queria uma explicação. Esse é o famoso *self-dealing*?

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - *Self-dealing*. É isso.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Obrigado.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Excesso de custos administrativos nas empresas. É porque o setor é todo separado. Há muitas empresas: empresas de transmissão, empresas de distribuição, empresas comercializadoras. Muitas distribuidoras, todas as vezes, têm que ter departamentos contábeis, jurídicos, diretorias. É muito custo administrativo.

Custo de regulação. Também há muitos custos de regulação. Foram criados muitos órgãos — ANEEL, ONS, Câmara de Comercialização de Energia, EPE — Empresa de Planejamento Energético. Todas essas empresas e órgãos públicos foram criados para manter o sistema privado. Todos esses órgãos não existiam antes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Há pouco incentivo à inovação na geração e distribuição; pouco incentivo a repasse de aumentos de produtividade para o consumidor. Os prazos para repasse ao consumidor são longos e não há muito incentivo.



Problemas ambientais do modelo. Eu já falei de desincentivo implícito à hidroeletricidade e outras energias limpas com oferta incerta ou inconstante, como, por exemplo, a eólica e a biomassa. Essas energias, principalmente a biomassa de cana, funcionam basicamente no inverno e relativamente não é tão segura quanto uma usina térmica a gás ou a óleo combustível. A hidroeletricidade também você tem um risco alto, porque depende das chuvas. E a eólica também, você não dá para prever os ventos. Então, essa imprevisibilidade faz com que, nos leilões, essa energia seja comprada a preços mais baixos.

Uma coisa também que o sistema causa é o desincentivo ao gás natural, um relativo desincentivo ao gás natural. O gás natural, entre os combustíveis fósseis, é o mais limpo, porque gera menos carbono, não gera cinzas e não gera óxido de enxofre. O desincentivo decorre do fato de que o gás natural não é um combustível de fácil estocagem. A estocagem do gás natural é cara, porque ele é um gás, não é um líquido. Mas só que o sistema brasileiro... Nós temos a chuva no verão. Basicamente, numa parte do País, chove no verão e é onde as hidroelétricas estão mais cheias. E, no inverno, onde haveria maior demanda pelas térmicas a gás... Ou seja, o gás, na maior parte das vezes, vai ser usado só no inverno. Então, você tem todo um sistema de distribuição de gás, de produção de gás, que tem que funcionar apenas numa parte do ano e de maneira imprevisível. Se chover muito, usa-se muito pouco; se chover pouco, usa-se mais. Então, isso aumenta muito o custo para a PETROBRAS e para todo o sistema de distribuição de gás e pode gerar problemas, como aconteceram alguns, por exemplo, nos anos anteriores. Parece que algumas usinas a gás até não tinham contratos de longo prazo de fornecimento de gás com a PETROBRAS e elas tinham certificados de energia, vendiam certificado de energia e não tinham gás. Isso foi um problema. Outra questão é que, no ano passado, no final de 2007, parece que houve uma disputa pelo gás, porque houve uma demanda para produção de energia. Até houve momentos em que se tentou reduzir o gás veicular para os táxis. No Rio de Janeiro, houve conflitos em relação a isso. Então, o gás natural não é um combustível adequado para uma oferta sanfona que dependa do regime de chuvas. O incentivo implícito, portanto, aos combustíveis fósseis mais poluentes, que são óleo combustível, *diesel* e carvão, que têm uma oferta



plenamente controlável, numa simplicidade de construção e facilidade de estocagem.

Outro problema é risco de desabastecimento. No Governo anterior, esse risco era maior, porque as distribuidoras podiam contratar até 15% da demanda no mercado atacadista. Acabou ocorrendo o apagão. No Governo Lula, houve um avanço, porque as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% da energia a longo prazo. Porém, o risco ainda existe, porque o mercado *spot*, que chegou até 30% do consumo, não incentiva o investimento em geração. E é o que eu falei antes também. A incompatibilidade do gás natural, como oferta sanfona, gera problemas na oferta de gás, o que aconteceu no ano passado.

Outro problema do sistema: problemas para o desenvolvimento brasileiro. Um sério problema é que os Estados mais pobres e que precisam se industrializar pagam tarifas mais altas. Exatamente onde a população é mais carente e onde há menos indústrias e se precisa atrair indústrias para gerar empregos, existem as tarifas mais altas. E a tarifa pode ser um incentivo para localização de uma indústria. Isso é um problema, especialmente no Nordeste. Em geral, as tarifas são muito altas e reduzem a competitividade da indústria brasileira. Por exemplo, nosso grande concorrente, a China, tem tarifas que são menos da metade da brasileira, talvez um terço; onera excessivamente o consumidor; prejudica o controle inflacionário, porque as tarifas são indexadas ao IGP-M. O IGP-M, como eu disse, tem muita sensibilidade ao dólar. E quando o dólar aumenta, isso acaba gerando impacto na inflação. Como sabemos, nos anos 80, tínhamos uma inflação muito alta e era causada, em boa parte, pela grande indexação aos índices de preços, aos índices de inflação. Esse é um problema do controle inflacionário.

Outro problema é o planejamento frágil, diferentemente da época quando o sistema era unificado pela PETROBRAS. Hoje o planejamento é feito pela EPE e pelo Ministério das Minas e Energia. O investimento é feito por empresas privadas; a operação é feita também por empresas privadas diferentes. Isso dá margem a conflitos, interesses divergentes, que acabam gerando um custo para a sociedade.

Eu quero lembrar aqui que o Brasil ainda é um país com grande potencial hidrelétrico. Aqui existe o potencial hidrelétrico das bacias. Você vê que o Amazonas tem ainda um potencial de 38%, a maior parte dele não aproveitada. E o Brasil é um



país que ainda tem muito potencial de energia limpa. É importante termos cuidado para não sujar a matriz com óleo combustível e carvão mineral.

Aqui novamente são os potenciais hidrelétricos de vários países. O Brasil tem uma posição de destaque.

Aqui é um exemplo do ano passado, do nosso trabalho. A gente pegou as usinas habilitadas para o Leilão 3, de 2008, da ANEEL. Vejam que parte da oferta de energia dessas usinas habilitadas provém de combustíveis fósseis: carvão mineral importado, carvão mineral nacional, coque de petróleo, gás natural, gás natural liquefeito, óleo combustível. O peso do óleo combustível, que é um combustível bem arcaico, é muito grande.

Aqui também está dividido por Estados. No final, fomos colher o artigo com uma proposta de novo modelo, que é a substituição de uma concorrência simulada pela regulação por custos, que é o sistema que era operado no Brasil. Até hoje, a maior parte do mundo opera o sistema de regulação por custos. Normalmente, os países com regulação por custos têm tarifas mais baixas do que os países com o sistema mercantil.

Entretanto, quero apontar que a regulação por custos não é necessariamente pública. Nos Estados Unidos, na Alemanha, a regulação por custos é privada. Mas ainda assim, o sistema é mais baixo, porque todos os custos são controlados de forma pública e o Governo pega os custos e coloca uma pequena margem de lucro sobre os custos. Essa é uma opção adotada pela maioria dos países, especialmente por países de base hidroelétrica. Não tem nenhum país de base hidroelétrica cujas grandes hidrelétricas sejam privadas. As grandes hidrelétricas são públicas em quase todos os países, inclusive nos Estados Unidos. E as grandes hidrelétricas nos Estados Unidos são operadas pelo Exército, acho.

A nossa proposta é a ELETROBRÁS voltar a liderar o sistema, a empresa voltar a ser uma *blue chip*, no início em parceria talvez com a PETROBRAS, que tem uma equipe gerencial, uma credibilidade muito grande.

A proposta é que a ELETROBRÁS, junto com a PETROBRAS, compre empresas do setor com troca de ações, sem nenhuma imposição, nenhuma coerção, de maneira completamente voluntária e a preço de mercado. O impacto fiscal seria zero, porque a troca de ações não tem impacto fiscal.



Para facilitar o processo, nós sabemos que outros órgãos públicos têm ações de empresas de energia. O BNDES tem várias ações; a PETROBRAS também tem, a ELETROBRÁS já tem também. E as empresas estaduais podem ser parceiras. Então, não é um processo tão complexo. Isso geraria uma grande sinergia, porque o planejamento, o investimento e a operação seriam realizadas pela mesma empresa, sem conflitos. Haveria um planejamento mais cuidadoso e de maior horizonte, podendo chegar a até 30 anos. Isso é especialmente importante por causa do efeito estufa. O Brasil precisa se preocupar muito com a emissão de carbono. Acredito que logo os países desenvolvidos vão cobrar do Brasil metas de emissão também. E aí acho que uma empresa única pode tomar cuidado em relação às questões ambientais.

Eliminação de custos. Custo de regulação, riscos financeiros, que são muito altos hoje para as empresas privadas, riscos de mercado. Hoje há um risco de mercado de energia, porque o investidor precisa vender energia. Tem riscos especulativos, custos de conflitos e diversas administrações independentes. Com uma administração única, são necessários menos diretores, menos executivos, menos sedes de empresas e departamentos jurídicos, contábeis e tudo o mais.

Acredito que uma empresa pública aceita ou esteja disposta a ter menores margens de lucro e menores custos de oportunidade nos projetos. Acredito que a tarifa possa cair até menos da metade, porque países de base hidroelétrica, como o Canadá e Noruega, têm uma tarifa com valor correspondente a menos da metade do valor da tarifa no Brasil. Inclusive, a matriz hidroelétrica do Canadá é 57% e aqui é quase 90%, entre 80% e 90%.

Com isso, acabo o trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou passar a palavra ao Relator e aos inscritos. Mas antes quero propor um acordo na Comissão, conforme cópia distribuída, quanto ao uso da palavra, nos seguintes termos: o Relator sempre falará primeiro e terá o tempo livre para fazer seus questionamentos; o autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos e falará após o Relator. Se houver mais de um autor do mesmo requerimento, apenas o primeiro signatário terá o direito de falar por 15 minutos. Se houver mais de um requerimento com pedidos idênticos, os



primeiros signatários de cada requerimento terão direito a falar por 15 minutos. Os Deputados inscritos terão 10 minutos para fazer os seus questionamentos. Após falarem todos os inscritos, o Relator terá a palavra para as considerações finais.

Em votação essa proposta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria agradecer muito a vinda do Dr. Gustavo Antônio Galvão dos Santos e do Dr. Ronaldo da Silva de Abreu que já fizeram, inclusive, alguns estudos e algumas observações que nos dão a amplitude da responsabilidade que nós aqui teremos.

Eu vou necessitar de conversar muito com vocês, principalmente neste momento. E tudo o que nós estamos levantando nesta Comissão nos aponta um descaminho no setor elétrico, nos aponta que os grandes vilões da economia eram os bancos, e nós estamos vendo que os grandes vilões da economia estão hoje no setor elétrico brasileiro.

Nós teremos muito que discutir qual o papel da ANEEL, já que não só no estudo de vocês, mas nos outros que estão a nos apresentar decorre de uma política totalmente contrária à população brasileira e à produção nacional. Tenho conversado com alguns setores e, comercialmente, os custos de energia de produção de alguns setores estão até a inabilitar algumas empresas do nosso País, face aos custos de confronto que têm, como China, Índia e países em desenvolvimento como o nosso. Esses países não possuem a geração barata de energia que temos no Brasil.

Inicialmente, em nome da Comissão, quero fazer o agradecimento aos senhores e dizer da importância da participação efetiva na grande discussão que teremos nesses 5 meses na nossa Comissão, para levarmos a quem investe no setor a garantia de que estaremos dando, por intermédio dos órgãos do Governo, a capacidade de retorno dos seus investimentos, e, acima de tudo, àquele que está na ponta, o consumidor, que hoje paga a maior tarifa de energia que existe no nosso planeta, em detrimento dos grandes lucros dos grandes grupos que estamos a



levantar, inclusive governos que fazem participação efetiva desse processo. O setor elétrico de São Paulo é um dos maiores em termos de arrecadação dos seus lucros. Ou melhor, é um setor que teremos de discutir, buscando alternativas.

Agradeço por vocês se anteciparem, dando em seus estudos uma linha de uma nova modelagem, que certamente terá de ser feita para o País, com discussões com os outros setores, mas não mais poderemos permitir que, em nome de alguns apagões que houve por erros e falhas dentro de uma política de energia, que se pague a maior tarifa de energia do País e, também, que tenhamos grupos econômicos, que, em nome de um progresso, de um desenvolvimento, fiquem a explorar a produção e a população brasileira.

Passo, Sr. Presidente, a palavra de volta a V.Exa., para que eu possa ter, no final, as considerações finais. Deixo bem claro que esta Comissão agradece muito a presença dos senhores e as suas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Ciro Nogueira, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, meus caros companheiros Deputados, agradeço a presença do Dr. Ronaldo e do Dr. Gustavo pelo trabalho por eles elaborado e que vem ajudar muito esta Comissão. Eu gostaria de alguns esclarecimentos do Sr. Gustavo e do Sr. Ronaldo, embora tenha sido dito no início que este não é um posicionamento do BNDES.

Gostaria de saber se houve esse debate dentro do BNDES e por que o BNDES não fez um trabalho com a chancela do próprio BNDES para ser um trabalho oficial, já que nada poderia ser de maior valor, do meu ponto de vista, para o País, para um banco de desenvolvimento do que resolvermos uma situação como essa.

Outro fator que vem por terra, já que muito se fala ao se discutir com algumas pessoas ligadas ao setor, é a questão da incidência dos impostos que é altíssima. Mesmo sem os impostos temos a energia mais cara do mundo. Tenho de acreditar que os outros países também cobram impostos. Podem não ser impostos tão altos, mas cobram impostos. Então, cai por terra a afirmação de que a energia no País só é cara por conta da cobrança de impostos que é muito alta.



Outra situação inexplicável é que temos a tarifa praticamente toda dolarizada, já que a nossa matriz energética vem das hidroelétricas. É uma situação absurda. Gostaria de saber se o senhor concorda que, por inoperância da nossa agência, poderíamos de cara ter energia pelo menos 20% mais barata. Se a rentabilidade em âmbito mundial é em torno de 5% a 10% — e aqui no País temos uma rentabilidade em torno de 30%; em algumas companhias chegam até a 90% —, então, a nossa agência reguladora terá de explicar na Comissão, porque de cara ela permite que essas distribuidoras tenham lucros muito maiores do que o sistema bancário, que é tão atacado, e deve ser, aqui no País. De cara, se ela fosse trazida aos níveis mundiais, teríamos de 20% a 25% de economia.

Outro fator que há algum tempo venho levando em conta é em cima dessas dificuldades de aprovação das nossas hidroelétricas. No Governo Lula só inauguramos hidroelétricas que foram desenvolvidas no passado. Não temos nenhuma hidroelétrica que tenha sido construída. Há diversas dificuldades que foram criadas pelos sistemas, principalmente do Ministério do Meio Ambiente. Pelo que sei, muitas das pessoas que trabalham lá são das famosas ONGs, que na sua totalidade são financiadas. Vem dinheiro externo para financiar essas famosas ONGs. Isso tem inviabilizado as nossas hidroelétricas, beneficiando um aumento absurdo de termoeletriciticas.

Tenho certeza — não sou nenhum ecologista de carteirinha — de que uma hidroelétrica não pode prejudicar mais do que uma térmica subsidiada por carvão ou *diesel*. Não tem o menor sentido. Tenho certeza de que o dano ao meio ambiente é muito menor de uma hidroelétrica do que de uma térmica. Tenho muito medo do que pode estar por trás disso.

Esse trabalho que os senhores produziram, por que a energia elétrica no País é tão cara, 2 fatores são fundamentais. Pouco incentivo à inovação e geração e distribuição e o pouco incentivo ao repasse e ao aumento. Como o senhor bem frisou, a demora nos repasses praticamente o inviabiliza. Quando se chega ao consumidor ele não mais tem quase efeito.

Sr. Relator, veja V.Exa. a responsabilidade que temos em mão. Eu tenho certeza de que se passarmos esse setor a limpo — estou no meu quarto mandato de Deputado Federal —, não veríamos nada tão importante para esta Casa produzir



à Nação do que termos uma energia cuja tarifa possa ser reduzida pela metade, para podermos competir com países que tenham matriz energética igual à nossa, como a China.

Pode-se observar pelos dados apresentados pelo Dr. Gustavo que são matrizes muito semelhantes. E nós vemos o que está por trás disso.

Parabéns ao Dr. Gustavo. Gostaria só de fazer esses poucos esclarecimentos que lhe fiz. Acho que esta Comissão tem um papel fundamental para o futuro do País. A responsabilidade em cima do nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, será grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Deputado Ciro Nogueira as colocações.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Deputado Chico.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pois não.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Uma outra questão que me esqueci. Fomos informados de que a separação que temos do consumidor cativo para o consumidor livre... Fomos informados que as grandes empresas colocam a energia produzida pelas hidrelétricas antigas, que já foram todas amortizadas, todas pagas. Então, fatalmente teremos uma energia bem mais barata à disposição desses consumidores livres. E o consumidor cativo, o consumidor residencial é que estaria pagando as novas hidrelétricas, de valor bem mais alto.

Gostaria que o senhor nos falasse a respeito disso.

Obrigado, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, para que tivéssemos até uma produtividade maior, já que há poucos inscritos, pediria, se possível for, e com a aquiescência do nosso Plenário, dos Parlamentares, que pudesse o nosso convidado responder diretamente aos Deputados. Assim poderíamos ter mais produtividade nas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou acatar a sugestão do Relator, Deputado Alexandre Santos, porque acredito que vai haver mais



objetividade e as respostas vão ser mais diretas, para que possamos ter melhores conclusões.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo, para que possa responder as perguntas do Deputado Ciro Nogueira.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Deputado Ciro Nogueira, as perguntas foram bem pertinentes. O primeiro ponto é o seguinte. A *Revista do BNDES*, acho, este ano fez 55 anos. A função da revista é exatamente ter uma liberdade de opinião dos funcionários e uma abertura para o debate. Ou seja, qualquer funcionário de qualquer nível hierárquico tem a chance de expressar as suas opiniões, independentemente de qual seja a opinião da administração. Essa revista foi criada nos anos 50, na época mais ou menos em que o BNDES foi criado. A função é exatamente ter essa liberdade de novas opiniões, de debates.

O BNDES, acredito, não refletiu sobre isso ainda. A gente teve a iniciativa de escrever. Não perguntamos para ninguém. Mandamos a revista. São 2 pareceristas anônimos que leram e acharam que era adequado à revista. Não conversamos com ninguém no BNDES sobre isso. A gente está expressando que não sei qual é a opinião do BNDES. Eu sei qual é a nossa. A nossa expressamos na revista. A revista é pública, não fica restrita ao BNDES. Todas as bibliotecas das faculdades de economia no Brasil inteiro recebem. Está na academia, na sociedade. Acho que é um debate da sociedade brasileira, um debate mais amplo do que internamente ao banco.

O segundo ponto. V.Exa. perguntou se a energia pode ser reduzida em 20%. Não sei dizer, mas acredito que não. O sistema é todo regulado por contratos. Tem todos os tipos de contratos, tem contratos de regulação, contratos multilaterais, contratos bilaterais, e é todo amarrado. Muito dificilmente acredito que há uma possibilidade de redução rápida.

Eu não vi. Posso falar que o TCU tem estudado isso. Acho que aí se tem de conversar com o TCU se existe a possibilidade. Acho que existe uma possibilidade em termos... Não vou falar porque não conheço, não posso garantir nada. Eu não conheço o trabalho do TCU. Ouvi dizer que o TCU fez um trabalho sobre isso. E me falaram que há uma conclusão de que é possível uma pequena redução no cálculo de produtividade... Parece que o crescimento... O valor da tarifa de determinado ano



não é estimado a partir do crescimento esperado para aquele ano, mas do crescimento da venda efetiva de energia do ano anterior. Nesse caso, há uma subestimativa de ganhos de produtividade. Mas eu não sei dizer. Isso daí não fez parte do nosso trabalho, não pesquisei sobre esse assunto. Mas acredito que, mesmo se houver algum ganho, vai ser marginal. Sem mudar o sistema, acho difícil. Por isso é que a gente propõe a mudança do sistema.

O terceiro: grandes hidrelétricas. As grandes hidrelétricas são muito complexas. Você muda todo o sistema da bacia hidrográfica, tem que mudar o sistema de distribuição, tem que calcular o impacto daquele rio ou daquela nova hidrelétrica e do seu fluxo esperado de água nos próximos 30 anos. O impacto que ele tem no sistema é bastante complexo. E são só questões energéticas. Tem problemas de engenharia que, às vezes, são complexos; tem problemas ambientais e políticos, porque, às vezes, estão sendo alagadas áreas que têm populações morando, têm animais ou índios. Então, é natural que as grandes hidrelétricas demorem anos.

Elas não podem ser leiloadas, de maneira comparável a usinas que podem ser construídas em 2 anos sem problemas. Se o planejamento fosse com mais energia e de um prazo maior, você poderia estar pensando na hidrelétrica que vai construir em 2020. Por que não? Já está preparando todos os impactos. Está estudando isso. Não dá para pensar e construir uma grande hidrelétrica em 2, 3 anos, e já está definido tudo. Eu acho difícil. Então, o importante é um planejamento de um prazo realmente longo, de mais de 20 anos, ou 10 anos, 15 anos, para poder estar tudo em dia com a questão ambiental e tudo o mais.

A outra questão, a última, é a dos consumidores livres. O que aconteceu foi que, no modelo anterior, no modelo do Governo Fernando Henrique, havia um compromisso de descontratar 25% dos contratos que as geradoras estatais tinham com as distribuidoras. Era 25% a descontratação ao ano. O que aconteceu foi que, em 2001, tivemos o apagão. A população brasileira aprendeu a economizar energia. E, no ano de 2002, quando acabou o apagão, estávamos consumindo 15% a menos. A população se acostumou ao menor consumo.

O que isso significa? Significa que muita água deixou de jorrar pelas hidrelétricas, e o regime de chuvas voltou ao normal, houve um acúmulo muito



grande de água. Isso, pelo cálculo do sistema, faz com que a energia caia muito. E mais: os contratos de longo prazo, 25% tinham cancelado. Então, 25% dos contratos das estatais foram jogados no mercado livre, com uma sobra imensa de água, imensa de energia, e o preço foi colapsado, foi muito baixo. E não tinha tanta demanda, porque não existiam tantos consumidores livres no mercado *spot*, e não há uma demanda a responder tão rapidamente. O que aconteceu foi que a energia das estatais foi liquidada a preços muito baixos. E o que aconteceu, posteriormente, foi que mais e mais empresas entraram no mercado *spot* para aproveitar esses preços muito baixos, chegando até a ter 30% da demanda de energia nacional nesse mercado *spot*, consumindo até energias a baixo preço.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Mas a minha pergunta é se o senhor tem conhecimento dessa separação da questão das hidrelétricas amortizadas ou não na venda...

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Sim, exatamente. As hidrelétricas amortizadas são as hidrelétricas das estatais. As hidrelétricas estatais foram obrigadas a vender energia a baixo preço. São as hidrelétricas da CHESF, da ELETRONORTE, de Furnas, da CESP, em São Paulo. Elas foram obrigadas a vender a baixos preços. Essas são as hidrelétricas amortizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou passar agora a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Dr. Gustavo e sua equipe, eu conheço muito trabalho sobre isso. Esse trabalho, mais didático, vai ajudar muito. Pode ser que apareça outro, mas esse seu...

A CPI, ela é dotada de Deputados de todos os matizes políticos e ideológicos. Ela é técnica, mas também é política. Nós sabemos que na era Fernando Henrique Cardoso — o senhor não esconde isso —, eles, primeiro, tornaram as distribuidoras de energia grandes investimentos, para tornar competitiva a sua venda. O caso da COELCE. Era uma boa empresa, mas ela foi investida muito pelo governo da época, no sentido de melhorar o patrimônio etc. e tal.

Então, temos de partir daqui — pelo menos eu quero partir com esta ideia — com a ideia de que as privatizações foram uma questão política. E o nosso



comportamento tem de ser também um comportamento político, para desprivatizá-la ou, pelo menos, melhorar a nossa situação.

Veja bem, nós lutamos, no Nordeste, principalmente no Norte e no Nordeste, pela integração das águas. E isso, futuramente, no Brasil, tem que ser integrado. Mas a energia que tinha mais interesse... Você pode estar consumindo energia do Pará, como pode estar consumindo de Furnas. Por aí já colocou o sistema mais barato. Como está no documento, uma das energias mais baratas do mundo era no Brasil, nessa época, e limpa.

O Ceará, por exemplo, tem energia eólica. Está cara porque está começando agora. Mas a tendência é o preço abaixar, porque temos vento o ano todo e sol, ao contrário de outras regiões. De qualquer maneira, ela vai ser diferenciada no seu preço.

Além do mais — até o companheiro Deputado Alexandre me ajudou no *self-dealing* —, o *self-dealing* foi uma maneira de encarecer o preço da energia. Aquele americano que era casado com uma artista tinha uma usina lá no Ceará que se pagava 1 milhão de dólares por dia, até que a PETROBRAS teve de comprar. E ela não produziu 1. Estamos com uma CPI lá, e vamos trazer para cá.

Como é que eu ganho 1 milhão de dólares por dia sem gerar 1? Aí eu boto na minha planilha e passo para o consumidor, e vendo para o Piauí, que é a terra do Deputado Ciro, mais barato do que para o consumo. A energia que me sobrou vendo mais barato para o Piauí ou para outro canto, mas para o Ceará está dentro da planilha e eu pago bem alto. Tanto é que, se você verificar no seu trabalho, verá que a COELCE teve 31%. Só contrabando ou tóxico que dá esse lucro para as pessoas. Qualquer industrial que seja sério não tem esse lucro. Cinco por cento, como o senhor colocou aí, já é lucro demais.

A questão é a seguinte: quem está chancelando isso? A agência reguladora. Porque ela não tinha capacidade de ter instrumento para criar as tarifas. Ela foi buscar onde? Nas informações de quem estava produzindo. E eu lhe dou a informação que me interessa.

Esta CPI tem uma importância muito grande. Mas a importância maior é a gente desmontar a ANEEL. Já tem alguma coisa nesse sentido, porque era imperial. Era política de Estado. E ela fazia o que bem entendia.



Uma outra questão que tem de ser considerada na nossa CPI: qual é o tipo de reguladora que nós queremos? Ela é de Estado, ou está subordinada aos órgãos da Presidência da República? Qual é a sua opinião?

Mercado aberto. Primeiro, só tem uma maneira de acumular energia: não utilizar a água. A energia está no vento ou está acumulada nos reservatórios. Posso acumular e soltar na época em que eu quiser. Quando se criou essa energia, esse *self-dealing*, eu tinha energia para botar preço, mas não para distribuir.

Eu queria que o senhor explicasse melhor por que tem que se passar para o Brasil que temos de estatizar. Quem viu hoje o *Correio*, de Brasília... a reforma tributária, os caras já vêm intencionando criar OS, não sei mais o que, as PPP. Quer dizer, o Governo brasileiro, do Lula, que melhorou muito, é de composição, e os privatistas ainda estão dentro do Governo. É só olhar o dos Correios, que escapou por causa do superior. Mas aqui é outro filme, outra novela, outro canal. Vamos voltar para o caso principal.

Queria que o senhor desmistificasse, primeiro, as questões onde a energia é produzida pelo Estado, a questão da diferença. Você já deu um bom caminho, do mercado livre. Por que mercado livre? Por que, por exemplo — sou consumidor residencial —, não vou lá na esquina e digo: “*Não quero da COELCE, quero agora da outra*”. Eu não tenho essa alternativa, tenho que consumir o que ela manda.

E alguns Estados que eram Territórios no Brasil recebem energia bem baratinho da Venezuela. Entra no Estado de Roraima com o preço lá em cima. Qual seria a solução? Eu acho que o senhor entendeu. Qual é o modelo que nós vamos encontrar? Eu acho difícil voltarmos a estatizar alguma coisa nesse campo, porque a pressão é muito alta. Esta Casa, como a outra Casa, não resiste, porque é uma pressão muito grande, externa e interna.

Eu queria ver, mais ou menos, o que você pensa em relação a algumas indagações feitas pelo Deputado Chico Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - V.Exa. é o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Isso.



O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - As perguntas também são muito pertinentes. Vou tentar responder. Se eu não responder, o senhor me avisa que eu tento novamente.

Um problema do sistema, um dos problemas, é a separação entre operação e comercialização. A ONS faz a operação do sistema. Ela não quer saber quem comercializou com quem. Ela opera da seguinte maneira: tenta otimizar a utilização das bacias hidrográficas e dos reservatórios para que não falte água em nenhum reservatório. E também ela faz o seguinte: despacha, primeiro, as energias mais baratas, que são os reservatórios mais cheios; depois, os reservatórios não tão cheios; depois, as energias térmicas.

Quem vendeu energia ou quando, isso não é um problema da ONS. São separados da comercialização. A comercialização é feita com certificados de energia. Por exemplo, alguém fez uma usina térmica, vendeu contratos de certificado de energia. É o caso de 2003. De 2003 até 2006, praticamente não foi necessário, porque o consumo caiu, não foi necessário praticamente utilizar as térmicas. Elas não operaram. Só que elas estavam vendendo energia. Elas não estavam vendendo energia, elas estavam ganhando o dinheiro dos certificados. É o caso, por exemplo, dessa térmica no Ceará. Isso é um problema do sistema.

Outra questão que V.Exa. falou é o *self-dealing*. O *self-dealing* acabou em 2004. Só que os custos dele foram... acho que estão até hoje. Em 2004, foi separada a geração da transmissão, mesmo com as mesmas empresas. A geração é vendida por um *pool*. As geradoras vendem para um *pool*, e as distribuidoras compram no mesmo *pool*. Mas os custos dele ainda existem.

Outra questão é a ANEEL. A ANEEL foi criada, é um órgão que tem de cumprir a lei. Ela tem de cumprir as normas. Eu acho que ela faz um bom trabalho de cumprir as normas pelas quais ela foi criada. O problema maior... Não sei se posso dizer que o problema da ANEEL esteja na ANEEL em si. É das normas de criação dela, ou seja, é problema do modelo. Eu não acho que é possível fazer grandes mudanças sem mudar o modelo. Ou seja, é necessário mudar as normas. A ANEEL existe para seguir certas normas, que, na minha opinião, são equivocadas, inclusive essa de separação de comercialização e operação.



A gente escreveu esse artigo tentando achar uma solução. A única solução que a gente achou, que é realmente uma solução efetiva, de longo prazo, que realmente melhora... a gente acredita que é recomprar as empresas privatizadas. Isso pode ser considerado impossível hoje. Mas o mundo está girando, os americanos estatizaram a General Motors, o Citibank, a maior seguradora do mundo. Eu acho que, se houver uma crise econômica, uma segunda onda da crise econômica, é possível que isso seja considerado pelo povo brasileiro, pelo Congresso Nacional consequentemente.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, ele fez uma afirmação que acho muito interessante a gente trabalhar com o TCU. Ele disse que o *self-dealing* ainda pode estar como um fantasma espalhado nas planilhas. Pode não ser oficialmente, mas ele pode estar espalhado, diluído. Se alguém já fez o requerimento do TCU para penetrar e dar, como se diz, um trabalho com mais profundidade para a gente separar... se não, eu vou fazer. Se já está feito, quero apenas reforçar. Se a roda já foi feita, não quero fazer outra roda, está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes, nós já temos uma servidora do TCU à disposição da CPI e também pedimos ao Procurador-Geral da República um membro do Ministério Público Federal e ao Ministro da Justiça um representante do CADE, para que possam acompanhar os trabalhos da CPI permanentemente e também nos auxiliar nas investigações.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então, eu queria que fosse mais bem explicitado. Eu pediria ao Relator que também falasse.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Chico, já está dentro do encaminhamento dos nossos trabalhos ouvirmos as partes primeiro. Mas isso já está aqui, para serem convocados e solicitados até para nos auxiliarem também. Há uma grande exposição dos técnicos do TCU. Há trabalhos já feitos por eles, inclusive apontamentos já levados à ANEEL, da parte do Tribunal. Portanto, teremos aqui uma grande reunião dos representantes do TCU para que possamos também fazer um embate desta Casa com eles.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Faço um comentário à segunda afirmação feita pelo Dr. Gustavo. É sobre a questão da ANEEL. Ele coloca que ela é uma empresa criada como reguladora para fiscalizar. Mas eu perguntaria: que



instrumento ela usa, senão os dados fornecidos pelas próprias geradoras de energia?

Eu tenho uma discussão nesse sentido porque ela não procurou se capacitar para fiscalizar. Eu fiscalizo sabendo o que você faz. Não é você me dando o que você faz que eu vou fiscalizar. Então, eu queria aqui também — não precisa o senhor responder — dar uma sugestão ao Presidente e ao Relator, no sentido de um estudo específico da criação da agência reguladora e seus objetivos, para a gente conhecer melhor. Ele inclusive fez uma afirmação e uma negação com a agência reguladora. Eu não quero entrar nesse problema porque eu também tenho essa dúvida que ele tem, está entendendo? A gente não sabe mesmo qual é o papel da agência reguladora, porque, quando interessa, ela tem uma posição X; quando interessa às empresas que ela fiscaliza, ela tem outra conversa. Quero ajudar nesta questão de entender bem, porque as outras agências reguladoras não têm esse problema.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Queria pedir ao senhor inclusive para colaborar com o Relator, mas faremos, em conjunto, uma solicitação também à ANEEL para que ela venha aqui expor a sua política, expor o seu posicionamento diante dos organismos que estamos tratando.

Queria mais uma vez dizer como é importante termos pessoas como o Dr. Gustavo, que podem buscar esse debate, para que possamos dar mais esclarecimentos à população brasileira.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Deputado Chico Lopes, o *self-dealing* acabou em 2004. Eu não sei, eu não acho que ele tenha custos diretos posteriores. Só acho que talvez tenha uma certa inércia nas tarifas decorrentes dele. Agora, eu sei que ele acabou, de fato, ele não existe mais. Isso é fato.

Em relação à ANEEL, é isto: eu acho que ela cumpre o modelo. Acho que o maior objetivo é trabalhar e estudar o modelo, se é necessário mudar o modelo. Agora, eu acho que a ANEEL faz um bom trabalho a partir das normas que ela tem que cumprir. Cabe aos senhores um estudo mais aprofundado.



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu queria parabenizar o senhor e sua equipe, que fizeram um trabalho de fôlego e muito didático, fácil de compreender e de debater. Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra agora o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Presidente Eduardo da Fonte.

Quero cumprimentar o Deputado Alexandre Santos também.

Parabenizo o Gustavo Antônio dos Santos, que é membro do BNDES.

O senhor é economista?

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Sou doutor em Economia.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - É novo. É bom ver gente nova, não é, Deputado Alexandre? Como nós aqui. (*Risos.*) Nós todos aqui.

Esta CPI nos ajuda a tomar algumas posições políticas. E essa apresentação do senhor, Dr. Gustavo, nos ajuda.

Eu gostaria só de confirmar alguns números. Na página 6, o seu gráfico trata de países de base hidroelétrica. Praticamente o custo do Brasil é ponto 25; da Noruega, mais ou menos ponto 7; do Canadá, ponto 6. Então, isso mostra que praticamente o custo da energia brasileira da tarifa em dólar é 4 vezes mais caro comparado ao de países que têm a mesma fonte energética, como Noruega e Canadá. A página 11 mostra um histórico de 12 anos, de 1994 a 2006, em que os preços monitorados de energia elétrica tiveram um aumento de 398%, 400%; e o IPCA, da ordem de 164%. A inflação deve ter sido, vamos dizer, de 90% a 120% durante esse período.

Eu pergunto a V.Exa.: a ANEEL é um órgão regulador que autoriza os aumentos da energia, correto? Como é feito dentro da ANEEL, de acordo com as informações que o BNDES tem... Vamos ter a oportunidade de ter a ANEEL aqui para nos explicar isso. Até peço ao Presidente que possamos fazer um requerimento em conjunto detalhando isso, vendo o histórico desses aumentos e como eles foram concedidos. Se foram apenas aumentos homologatórios, mediante pedidos e



aceites, ou se houve uma discussão interna. No meu modo de ver, como consumidor, realmente a energia aumentou mais do que a inflação, do que o IPCA.

Isso mostra que está havendo outras motivações dentro da ANEEL para o aumento do preço da energia no Brasil. E o preço do aumento da energia no Brasil hoje, comparado com o de países que têm um custo operacional mais alto do que o Brasil, que é o Canadá, que é a Noruega... O salário de um trabalhador no Brasil é x, na Noruega é 20x; no Canadá é 1x, no Brasil, 15x, vamos dizer assim. Então, não faz sentido termos um custo de energia tão alto.

E também a questão dos impostos, como foi muito bem apresentada por V.Sa. aqui, não é a causa que todos nós pensávamos. Pelo menos eu pensava que o imposto tinha um grande impacto no custo da energia. A apresentação de V.Sa. está mostrando que não tem, em comparação com os aumentos acima do IPCA, acima da inflação.

Gostaria que o senhor, que já tem um estudo detalhado, já pensou, já meditou... Eu pude ver também que tem a sua opinião pessoal e política definida a respeito de estatização. É importante também nós analisarmos o que está acontecendo lá fora. Quero parabenizar V.Sa. por ter a coragem de colocar sua opinião pessoal aqui também, que isso é importante. Vai influenciar tanto o Relator como o Presidente nos encaminhamentos da nossa discussão.

Na maneira de V.Sa. pensar — que nós estamos iniciando nosso estudo agora —, qual é a forma política de decisão dentro da ANEEL para tomar essas medidas, desde ano de 1994, para que esses aumentos chegassem a 400%? Essa é a pergunta que eu trago a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Sr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Deputado Leonardo Quintão, queria primeiro colocar o seguinte: no BNDES, a gente resolveu escrever esse artigo, mas a gente, no BNDES, não trabalha no departamento de energia. Cada um trabalha num departamento diferente. Nenhum de nós trabalha no departamento de energia.



A pergunta foi bastante clara, bastante incisiva. Eu não sei... Na verdade, a pergunta é exatamente a nossa pergunta: por que a tarifa aumentou tanto? São aqueles vários pontos. Um dos motivos é o IGP-M. Veja que o IGP-M...

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, se me permite, vamos estudar esse gráfico de novo, porque esse gráfico...

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - É o segundo gráfico, porque ele é mais... Como se vê, o indexador das tarifas é o IGP-M. E, como pode ver, o IGP-M cresce bastante mais do que o IPCA. Então, isso já é um dos motivos. Os outros motivos são aqueles todos que eu tentei relatar. São vários, não é um motivo único. Eu acho que não haja motivo único.

Outro ponto que eu quero levantar é o seguinte: o gráfico da base hidroelétrica... Tem que relatar o seguinte: essa tarifa não é a tarifa média brasileira, porque esse dado a gente não conseguiu encontrar. A gente pegou a tarifa da CEMIG, da Light, no Rio de Janeiro, e da ELETROPAULO. Como esses Estados correspondem à maior parte da demanda de energia brasileira, a gente achou que era representativo. Mas a gente sabe que no Nordeste, por exemplo, as tarifas são significativamente mais altas até.

Outro ponto é que esses dados da Noruega e do Canadá são de 2007, e os do Brasil são de 2008, mais ou menos janeiro de 2008. O dólar é de 1,75, porque era o da época do estudo, que não está tão distante do dólar atual.

Outro ponto é que era uma estimativa de uma tarifa média, uma informação também que a gente não tem tão precisa. A gente sabe que, em média, nos países, 60% das tarifas são para consumo industrial e 40%, residencial. Então, a gente supôs. A gente sabe a tarifa industrial e a tarifa residencial de todos esses países. A gente supôs um peso de 60% e 40%. Foi calculado dessa maneira. Foi estimativa. Queria deixar isso claro. Mas o do Canadá, acho, é um terço do Brasil, no mínimo, numa perspectiva conservadora, numa estimativa conservadora.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Dr. Gustavo, isso quer dizer que nós pegamos mais ou menos a Região Sudeste: Rio, São Paulo e Minas, onde nós temos uma produção, uma geração de energia e também um consumo muito forte e mais barato. Se nós colocarmos o valor médio, certamente vamos aumentar mais de 20% aquele valor ali.



O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Eu não sei. Por exemplo, Deputado, eu sei que o do Nordeste é muito mais alto, o do Norte também deve ser mais alto. Eu sei que o de Brasília é o mais barato do Brasil, apesar de a renda ser mais alta. Eu sei que a COPEL, no Paraná, é mais barata também. Então, varia muito. No caso da média, eu teria que fazer um estudo, porque depende do peso da demanda também. Às vezes, um Estado, por exemplo, como o Maranhão... No Maranhão, eu acho que é a mais cara do Brasil, e o consumo de energia é baixo também. Então, tem que fazer ponderado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Desejo só dar uma informação. A energia do Maranhão é 48% mais cara do que a energia de São Paulo e 76% mais cara do que a energia de Brasília. É mais cara. E o poder aquisitivo é bem mais baixo.

Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Dr. Gustavo, eu pedi para V.Sa. me responder a questão da ANEEL.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Por que eles concederam, não é? A pergunta é essa. O modelo é assim, vamos supor, as normas estão determinadas, e eles vão seguindo. O IGP-M aumenta? Quando aumentou o dólar, o IGP-M, você vê que ele sobe muito mais do que os salários e sobe muito mais do que o IPCA. Uma parte significativa da explicação ali é essa. Os outros... Ronaldo, você poderia passar para... Por que as tarifas subiram? *(Pausa.)*

Você tem um aumento da operação térmica. Nos anos 90, a produção hidrelétrica era de 95%, 98%. Hoje, é de 88%, dependendo do ano. Ou seja, aumentou o custo mesmo do sistema.

Você tem essa subestimação de ganhos de produtividade. Também acredito que isso seja uma possível causa, mas não fiz um trabalho sobre isso. O TCU parece que fez. Nessa questão, o TCU pode responder.

O custo de oportunidade dos projetos novos é muito alto. Nos projetos antigos, as hidrelétricas construídas pela ELETROBRÁS antigamente têm um custo muito mais baixo do que os novos projetos. Isso vai gerando um aumento de custos.

Há os riscos. O apagão gerou aumento de custo, que gerou aumento de tarifa significativo. Por inércia, ela é consequência da atual. Também as térmicas ligadas



no ano passado. Esse aumento não considere. Mas isso gerou aumentos significativos agora, nos últimos meses.

Então, são vários efeitos. É uma conjunção de fatores. Eu não sei exatamente como eles fazem. Eu não sei. Sei que há uma conjunção de fatores que vão aumentando. A empresa chega lá e mostra as planilhas de custos, mostra os contratos, e aí os técnicos da ANEEL olham e acham que aquilo é correto, está dentro da lei, e aumentam. Eu não sei exatamente como funciona.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Está bom, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que é importante nós, quando vier aqui o representante da ANEEL, focarmos nisso, porque a metodologia de liberação... A impressão que tenho hoje, Dr. Gustavo, não sei se os Deputados estão tendo. É o seguinte: você pede e recebe na ANEEL. Você vai lá e explica com números e recebe aumento. Mas, no caso de energia elétrica, é uma política nacional, estratégica. Como V.Exa. disse, eu nem sabia, nos Estados Unidos, as hidrelétricas são gerenciadas pelo Exército, tamanha é a necessidade de controle estratégico da energia elétrica.

Eu vejo que nós vamos aprofundar aqui. E há necessidade de revermos mesmo a maneira de cálculo, porque a época em que foi feito esse modelo era de instabilidade política e econômica aqui no Brasil. Hoje, o Governo Lula tem feito um trabalho. Eu quero parabenizar aqui também o Governo Lula, que o modelo evoluiu, como foi mostrado no seu estudo. Isso é importante ser dito aqui também, mas chegou a hora, realmente, de nós, Presidente, estarmos avançando nesse novo modelo energético. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tenho dúvida, Deputado Eduardo Quintão.

Vamos passar agora a palavra Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, Deputado Eduardo, nosso Relator Alexandre e Sr. Gustavo, na verdade, Sr. Gustavo, eu acho que a sua exposição foi muito boa, muito explicativa. Eu tenho aqui pequenas dúvidas. Primeiro, é a respeito desse... quando o Deputado Leonardo Quintão diz que esses percentuais de imposto não influenciam muito sobre os valores da tarifa, no meu Estado — eu sou do Acre —, lá eu acho que essas tarifas chegam a 33%. Quando



se calcula ICMS, PIS, COFINS, chegam a em torno de 33%. Agora, o senhor imagine, um Estado pobre como o nosso, lá no Norte...

E a minha pergunta seria: esses lucros exorbitantes, já relatados pelo senhor e pelos outros Parlamentares que fizeram uso da palavra, eles são... essas empresas investem no sistema ou... como é que funciona isso? Onde é que está sendo investido esse lucro que essas empresas estão obtendo com essa geração de energia?

E eu gostaria que o senhor falasse sobre as tarifas de imposto. Qual é a sua visão a respeito desses números aí, que, no meu entender, influenciam e muito essa tarifa que hoje nós pagamos aí, fora da realidade, principalmente no meu Estado, totalmente fora da realidade no meu Estado?

Eu ouvi um depoimento — até porque divulguei — a respeito do trabalho da CPI, e eu participava de um programa de rádio, onde uma mãe de família dizia que estava deixando de comprar sua alimentação para poder pagar a conta de luz. Imagine só uma situação dessa! Entendeu?

E os pequenos empresários, como é que se vai levar uma empresa para o Norte? Como é que o cara vai investir lá no Acre com uma tarifa de energia desse porte? Então, eu não vejo nenhuma perspectiva de futuro para o meu Estado se não mudarmos essa política da energia elétrica do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - V.Exa. é... Desculpe-me, eu não anotei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Sergio Petecão. É, de fato os impostos não são baixos no Brasil, com a gente sabe, mas o que a gente tentou mostrar é o seguinte: o aumento foi de 400% nas tarifas até o final de 2007, mas os aumentos de impostos foram pequenos, mesmo porque os impostos já eram altos. Você tem...

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Só para corroborar, Dr. Gustavo, como eu disse ao Deputado Sergio Petecão, é que realmente os impostos



— é isso mesmo — já eram altos na época. Se nós abaixarmos os impostos para um terço, podem abaixar as tarifas, percentualmente, por um terço, porque são altíssimas. Eu concordo com V.Exa. que os impostos, na tarifa elétrica, no preço final, são altíssimos, mas quando há o aumento da tarifa, os impostos, à época do aumento, já eram auferidos na conta que aumentou 400%.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - É, uma outra questão é onde eles investem, não é? As empresas de energia são as empresas que mais distribuem dividendos no Brasil. Eu já vi casos de algum ano aí em que empresa de energia chegou a distribuir mais do que 100% do lucro em dividendos, sendo que a legislação brasileira obriga a que seja 25%. Ou seja, boa parte desses lucros estão sendo distribuídos aos acionistas. Agora, elas investem também. O setor está... as empresas têm crescido, aumentado a oferta, e investem também, mas os dividendos também são muito altos. E outra questão é a da equalização de fato. Na época, antigamente, quando o sistema era estatal, as tarifas eram mais equilibradas em nível nacional, exatamente para facilitar o desenvolvimento das Regiões menos desenvolvidas. Eu acho que a gente deve caminhar novamente para essa direção. As tarifas precisam ser equivalentes, porque a gente precisa incentivar indústrias que hoje estão nos Estados mais ricos a gerarem empregos nos Estados mais pobres. Eu acho importante buscar essa equalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra agora o Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu queria retornar a algum ponto, Dr. Gustavo, a alguns pontos, para que nós pudéssemos ter um entendimento de que o valor da energia mexe profundamente no IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Ele, nos valores da Fundação Getúlio Vargas, no estudo da Fundação Getúlio Vargas — nós estamos começando a nos acostumar a ler todos os dias —, ele é responsável... por exemplo, dentro da evolução de preços de produto da cesta básica, energia é o setor que mais encarece a cesta básica.

Isso talvez possa traduzir-se em que, no item responsável pela alimentação de tantas pessoas hoje no País, onde é aferido um valor mínimo de sobrevivência, quando nós temos um valor de energia que é o responsável pela maior majoração da cesta básica, isso simplesmente, dentro da sua corrente, expande-se pelo Índice



de Desenvolvimento, expande-se pela desnacionalização das ações no País, já que força que os Estados que deveriam ser até ajudados, dentro de uma política nacional... Nós estamos vendo que aqueles Estados que precisam ter produção e desenvolvimento são os que pagam energia mais cara.

Ela hoje é responsável, dentro de uma casa, de uma família — a energia como todo — por 28% do seu custo, já que ela vem pesando na compra de um frango, no pãozinho; ou seja, em todos os setores nós temos intervenções da energia, seja ela de qual forma for.

Portanto, quando o senhor hoje nos traz esses estudos aqui, eu vejo que nós teremos que fazer um grande trabalho para a mudança do sistema, porque é necessário repensar as formas de financiamento. Quando nós vemos o BNDES financiando as PCHs aí e os outros empreendimentos no setor energético com dinheiro do trabalhador, para dilapidar o trabalhador, então nós teremos que ter muito cuidado nessas concessões de empréstimos. Nós também já fizemos a convocação aqui do Presidente, para que ele possa, junto conosco, interagir em termos de uma política, seja no setor de financiamento governamental, seja no setor de cessão, de concessões, seja nos leilões de energia.

E por falar em leilões de energia, eu abro um espaço aqui, e pediria que o senhor dissecasse um pouco do seu conhecimento dos leilões de energia, da sua visão, para que nós pudéssemos ter um pouco de conhecimento da sua visão sobre os leilões de energia.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Obrigado a V.Exa. A questão do BNDES, eu não tenho assim, como eu disse, a gente não tem... O trabalho é totalmente pessoal, dos autores. Eu acredito, assim, que o BNDES na verdade é um agente passivo em relação ao setor elétrico. Ele não é planejamento de sistema, não é regulação de sistema, não é regulador de sistema.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Ele é financeiro.

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - Mas no caso de financiamento, eu acho o seguinte: o BNDES precisa fazer o papel dele, porque... quem é que vai fazer? O BNDES é o órgão de financiamento de longo prazo. Infelizmente, se o sistema tem problemas, e na minha opinião tem, no entanto esse aí é o sistema que existe. e a energia é um bem de primeira necessidade. De



nenhuma maneira é possível imaginar que a gente possa abster-se de ter energia. Então, se os investimentos são necessários, eles precisam ser financiados. Infelizmente, a energia está cara; poderia, na minha opinião, ser mais barata, mas isso é uma mudança de modelo que não cabe ao BNDES. É uma decisão do Estado brasileiro. No caso dos leilões, eu disse: eu não sou tão especialista no setor elétrico. A gente estudou isso meio que na época, porque a gente também se indignou quando fez essa comparação de tarifas, e resolveu estudar. E a gente estudou, em alguns meses fizemos um estudo. Então, acredito que a gente não tenha um arcabouço assim tão forte.

Eu até sugiro que a CPI convide especialistas do setor. Há pessoas com mais de 40 anos no setor elétrico que têm uma experiência, assim, fenomenal, com muitos dos quais a gente já conversou, e a gente aprendeu muito com eles. Eu até sugiro o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, da COPPE, que é um excelente... do setor, o Prof. Ildo Sauer também, da USP, e o Prof. Roberto Araújo também. Por acaso, na semana passada eu fui à apresentação desse livro. O livro chama-se *Setor Elétrico Brasileiro — Uma Aventura Mercantil*, e é exatamente uma análise realmente profunda, muito mais extensa do que a nossa, de um especialista, assim, de muitas décadas do setor elétrico. Ele até... eu acredito que ele talvez seja um dos maiores especialistas no atual sistema. Eu até tenho mais de uma cópia, eu posso deixar uma cópia para o Presidente da Mesa. E no caso de leilões de energia, como eu disse, eu não tenho tanto conhecimento.

O que eu vejo é que os leilões são de uma... eu acho que o ideal... como eu disse, o ideal não é... o sistema de forma mercantil não é muito bom, porque de alguma maneira os leilões indicam uma certa concorrência entre tecnologias muito diferentes, como a tecnologia hidrelétrica e a tecnologia termelétrica. Num determinado tipo de... num leilão, aparentemente, a termelétrica acaba se beneficiando da... pela facilidade em que é colocada em operação. E como a hidrelétrica é muito complexa, principalmente as grandes, ela acaba prejudicando-se. Entretanto, em nível do interesse nacional, acredito que a hidrelétrica é muito mais interessante. Mas o leilão... eu acredito que, na forma como é feito o leilão, na velocidade com que é demandado que os projetos estejam prontos, não dá para hidrelétrica competir de maneira adequada.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor tem conhecimento de que existe uma grande especulação para prejudicar o consumidor, por meio de uma modelagem, de uma falsa concorrência, pelas empresas de referência do setor?

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - É... eu acho, como eu disse, eu acho que é... como as tarifas estão altas, há um... se o sistema fosse estatal, as tarifas, eu acredito, seriam muito menores, mas não vou dizer que é uma coisa para prejudicar o consumidor. Eu não... o modelo é assim. Em todos os lugares onde esse modelo foi implantado ele significou aumentos de tarifas. No início desta década, por exemplo, a Califórnia foi um modelo... também adotou esse modelo mercantil, e as tarifas subiram bastante, e também aumentou a insegurança do sistema. No início da década houve um apagão, não sei se os senhores lembram, houve um apagão na Califórnia muito sério e... mais sério até que o nosso, aqui no Brasil, apesar de ter sido um apagão em menores volumes.

Aqui, nosso racionamento... chegamos a mais de 20% de racionamento. E é um racionamento que só é possível pela qualidade do nosso sistema hidrelétrico, porque na Califórnia, como o sistema é térmico, o sistema hidrelétrico tem grandes reservatórios que funcionam como baterias e tem uma capacidade, as usinas têm uma capacidade de produção muito maior do que o fluxo médio dos rios, porque eles precisam... o sistema é planejado de maneira a transportar energia a longa distância, o que, na prática, significa transportar água. Por exemplo: se um reservatório no Nordeste, Sobradinho, estiver vazio, eu posso enchê-lo fechando a comporta e transportando energia de lá para... do Sudeste para o Nordeste. E os reservatórios são muito grandes e têm energia sobrando, ou seja, têm água sobrando para o caso de um apagão.

Então, não há problemas de suprimento no pico de consumo, porque você tem uma capacidade produtiva muito grande, porque ela é usada para transporte entre Regiões. Na Califórnia, como o sistema é térmico, a energia, a capacidade instalada, se houver falta de investimento... Aqui no Brasil, se houver falta de investimento, não há uma falta de turbinas, há uma falta de água. Lá, há uma falta de turbinas. E o que acontecia lá? O apagão lá acontecia de maneira imprevisível, porque faltavam turbinas. E de repente, no horário de pico, simplesmente hospitais paravam, pessoas ficavam presas no elevador. E aqui não, nosso sistema permite



um racionamento mais racional e que não haja apagões inesperados. Então, o sistema na Califórnia causou, o mesmo sistema que foi adotado aqui causou lá também os mesmos problemas. Eu acho que é um problema de modelo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - E aí nós voltamos com a palavra: qual o tipo de modelo, não é? Mas eu queria perguntar também se o senhor sabe se há alguma resolução que repassa ao consumidor as perdas técnicas e comerciais. O senhor tem conhecimento sobre isso?

O SR. GUSTAVO ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS - É, por exemplo: quando houve o apagão, a energia... reduziu-se o consumo, não é? E as empresas tiveram menor receita. Essa menor receita, que é uma culpa não do consumidor, mas do sistema, foi cobrada do consumidor. Isso é uma maneira de causar... causou um prejuízo ao consumidor, pela... isso é causado também por norma, porque a ANEEL, por norma, é obrigada a garantir o que eles chamam de equilíbrio econômico-financeiro das empresas. Portanto, se há uma imprevisibilidade, o que também não é culpa do consumidor, ele é... ele é que tem de pagar. Então, isso é um problema. Eu acho que isso é uma forma de onerar o consumidor, mas não de maneira proposital; é porque o sistema é planejado dessa maneira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Bem, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um agradecimento pessoal, dizer que enquanto existirem, Gustavo, pessoas que ainda lutam para modificar o estado das coisas em que eles não acreditam, eu acho que temos uma grande chance de fazer diferente. Portanto, eu queria agradecer muito a você e a Ronaldo, e parabenizar também Eduardo Barbosa e José Francisco pelos estudos que vocês apresentaram, e mandar um abraço também para os técnicos do BNDES, que são uma referência em nosso País.

E quero dizer que com a ajuda de vocês certamente esta Comissão aqui poderá apresentar um trabalho diferente para a sociedade e para esta Casa, para que possamos ter uma política diferenciada do sistema energético nacional.

Eu encerro aqui a minha participação, Sr. Presidente, agradecendo a palavra e os momentos que nós tivemos aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto se há mais algum Parlamentar que gostaria de fazer uso da palavra.



Gostaria de agradecer ao Dr. Gustavo Antônio Galvão dos Santos e ao Dr. Ronaldo da Silva de Abreu, que fizeram esse estudo extraordinário, que prestaram um grande serviço ao País e que, com certeza, vão colaborar muito para que nós possamos aprofundar-nos nas causas pelas quais hoje o povo brasileiro paga uma tarifa de energia tão alta.

Tenho certeza de que a contribuição será aproveitada pelo Relator no seu relatório final e servirá para que possamos, a partir daí, aprofundarmo-nos nas investigações para dar resultados concretos ao povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco reunião para amanhã, às 14h, para apreciação de requerimentos de que o Plenário será informado posteriormente.

Solicito aos Deputados que queiram apresentar requerimento que o entreguem à Secretaria da Comissão ainda hoje, até as 18h, para que possamos publicar na Ordem do Dia.

Está encerrada a reunião.